

Presidente  
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy  
Paulo Roberto Ferreira Levy  
Luiz Fernando Cirne Lima

# GAZETA MERCANTIL

Sábado, 4, e segunda-feira, 6 de dezembro de 1993

DIRETORIA  
Diretor-Presidente  
Luiz Fernando Ferreira Levy  
Diretores Vice-Presidentes  
Henrique Alves de Araújo  
José Andretto Filho  
Roberto Müller Filho (Licenciado)  
Roberto de Souza Ayres

Página 4

## *Orçamento* A-CPI e o risco de um novo macarthismo

Já aqui afirmamos e reafirmamos a nossa convicção de que as investigações em curso pela CPI do Orçamento devem ir até o fim, ouvindo todos aqueles eventualmente implicados, sejam quais forem os cargos que exercam ou as posições que detenham. Mas com igual veemência temos insistido em que as apurações têm de respeitar as normas processuais para evitar que as citações de nomes em documentos se transformem em acusações infamantes e que ilações irresponsáveis sejam amplamente divulgadas, sem o cuidado elementar de comprová-las. Diante dos lamentáveis acontecimentos da semana passada, devemos, por um dever de justiça, dizer sem reboços que chega de detetive amador, chega de ardis para aparecer na mídia, chega de explorações político-partidárias, chega de incompetência e malícia.

De repente, a Nação toma conhecimento por um relatório elaborado em cima da perna pelo senador José Paulo Bisol (PSB-RS) de que há uma sociedade secreta, mais poderosa do que o Estado, um sindicato da corrupção montado por empreiteiras para ratear obras entre si e que funcionaria de acordo com uma fórmula cabalística, como revelariam docu-

mentos encontrados na residência de um diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília. Diante de tão fantásticas descobertas, Bisol, fazendo as vezes de presidente e relator da CPI, as comunicou ao presidente da República.

Ainda mais estranho é ter o deputado Alóisio Mercadante (PT-SP), por encomenda ninguém sabe de quem, procurado o ministro do Exército, general Zenildo Lucena, presumivelmente para colocá-lo a par do risco que corriam as instituições. E o deputado José Genoíno (PT-SP), com o mesmo propósito, ao que tudo indica, procurou o secretário de Assuntos Estratégicos, almirante Mário César Flores. Ambos os militares afastaram a possibilidade de golpe, para o qual a pavorosa "sociedade secreta" poderia ser, quem sabe, o motivo.

Não mudaremos nossos costumes políticos dessa maneira. O envolvimento de empreiteiras com verbas orçamentárias, se irregular, deve ser investigado com o máximo rigor. E, fazendo os documentos apreendidos

menção a nomes que justificam suspeitas, estas devem ser apuradas, como vão ser. Mas interpretar, sem base alguma, um organograma empresarial como se fora um esquema para a dominação do Estado pelas hordas da corrupção ultrapassou os limites do admissível em um estado de direito. E mais: fazer sondagens junto a militares não é uma missão de que se devam orgulhar parlamentares que dizem acreditar nas garantias democráticas inscritas na Carta.

É curioso o comportamento desse grupo. Os mais exaltados membros da CPI não têm exatamente causas, mas uma só causa: eleger o maior número de representantes de seus partidos nas eleições de 1994 e, particularmente, chegar ao Palácio do Planalto. Podem fazê-lo em um pleito livre — como o de 1994 será, temos a certeza —, mas subordinar a discussão e possível equacionamento de problemas econômicos estruturais do País a tais objetivos é uma grave distorção, só explicável pelo fanatismo.

Veja-se, por exemplo, a posição desses partidos negativistas diante da revisão constitucional. Eles votaram contrariamente à instalação da Assembléia Revisional neste ano e foram vencidos pelo voto da maioria. O que se esperaria é que, depois disso, procurassem participar do processo, como todas as forças vivas da sociedade vêm procurando fazer. Em vez disso, optaram pela obstrução a todo custo. O PT, por sinal, proibiu seus membros de apresentar propostas no período da revisão. Deve-se observar que três deputados do partido discordaram dessa orientação e estão resolvidos a tomar parte na Assembléia, diga o que disser a direção nacional.

Cegos pela paixão, os "contras" não querem reconhecer que a revisão constitucional é uma oportunidade extraordinária, como temos ressaltado, para evitar que fatos deploráveis como os que estão sendo revelados pela CPI do Orçamento se repitam. O que desejamos é que essa Comissão faça o maior barulho possível, o que pode vir a prejudicar seriamente o seu andamento. A CPI foi instituída para combater a corrupção, não para fomentar um a nova e tardia forma de macarthismo.